

## Saberes e fazeres sensíveis a partir da semeadura camponesa ou exercício para uma terragogia poética

**Sensitive ways of knowing and practices emerging from peasant sowing or an exercise toward a poetic terragogia**

JOSSIER BOLEÃO

Universidade Federal de Goiás, UFG – Brasil

### RESUMO

Este texto traz reflexões sobre a possibilidade de o cultivo da terra por camponeses constituir uma experiência estética e poética, analisando as dimensões sensíveis, simbólicas e relacionais presentes nas práticas de semeadura, cultivo e cuidado com o território. A partir dessas questões, desenvolve-se o conceito de terragogia como perspectiva que compreende a relação com a terra como processo formativo, ético e estético. A terragogia, termo mencionado por Ospina (2025), propõe o reconhecimento das práticas camponesas como experiências de produção de conhecimento, construção de vínculos comunitários e elaboração poética da vida, articulando experiência sensível, reciprocidade e sustentação do comum.

### PALAVRAS-CHAVE

Arte, experiência estética, práticas camponesas, terragogia.

### ABSTRACT

This text presents reflections on whether the cultivation of land by peasants can constitute an aesthetic and poetic experience, examining the sensory, symbolic, and relational dimensions present in practices of sowing, cultivation, and care for the territory. From these questions, the concept of *terragogia* is developed as a perspective that understands the relationship with the land as a formative, ethical, and aesthetic process. *Terragogia*, a term mentioned by Ospina Álvarez (2025), proposes the recognition of peasant practices as experiences of knowledge production, the construction of community bonds, and the poetic elaboration of life, articulating sensory experience, reciprocity, and the sustenance of the commons.

### KEYWORDS

Art, aesthetic experience, peasant practices, terragogia.

## Introdução: o cuidado e manejo da natureza como noção de poéticas

No ano de 2022, organizei uma performance coletiva que fazia parte da ação denominada *CÁ ENTRE NÓS*, exposição colaborativa sob coordenação da professora Alice Fátima Martins. Durante dias que antecederiam o ápice da ação, camponesas e camponeses eram mobilizados a ocuparem – a partir de seus corpos e do seu trabalho – a galeria da Faculdade de Artes Visuais, da Universidade Federal de Goiás. A articulação com os camponeses em torno da ação envolvia toda uma estrutura que garantisse a maior diversidade de representantes de diversos municípios de Goiás, além de uma quantidade significativa de alimentos.

Denominei a ação de Manifesto camponês pela fartura, pois ela coincidiu com o ano em que o Brasil retornou ao Mapa da Fome da ONU, conforme relatório divulgado em 2022, baseado em dados do triênio 2019–2021.

O Manifesto Camponês pela Fartura (Figura 1) apresentou um conjunto de reivindicações que ultrapassam o campo econômico e político, configurando uma concepção ampliada de vida social baseada na reciprocidade, na partilha e na relação ética com a terra. Ao reivindicar a fartura, a soberania das sementes, a agroecologia, a partilha e a construção de vínculos comunitários, o manifesto articulou práticas sociais que podem ser compreendidas como experiências estéticas e poéticas.



Figura 1 – Manifesto camponês pela fartura, 2022. Fonte do autor.

A ação afirma a produção de alimentos como direito coletivo e como processo relacional entre humanos e natureza, reivindicando “mesas postas” e a abundância como expressões do trabalho coletivo e da generosidade da terra. Essa compreensão desloca a produção agrícola de uma lógica meramente produtivista para uma dimensão simbólica e sensível, na qual o cultivo constitui prática de cuidado, reciprocidade e construção de vínculos sociais.

Essa perspectiva converge com a crítica à concepção moderna e colonizadora da arte, que restringe a experiência estética à produção de objetos legitimados por instituições culturais. A experiência poética emerge das relações humanas, da convivência e dos processos de partilha, constituindo-se como exercício de solidariedade e produção coletiva de sentidos.

No texto *Rascunhos para uma poética da solidariedade como exercício crítico à concepção colonizadora da arte*, Martins (2019) propõe uma problematização crítica da noção moderna de arte, entendida como construção histórica de matriz europeia associada aos processos de colonização e à imposição de regimes específicos de valoração estética. A autora questiona os critérios que distinguem arte e não-arte, evidenciando que tais classificações emergem de relações assimétricas de poder e da universalização de parâmetros culturais ocidentais, os quais produziram o apagamento ou a deslegitimação de práticas simbólicas de diversos povos.

A análise parte da compreensão de que a noção moderna de arte não é universal, mas situada historicamente no contexto da modernidade europeia, sendo disseminada globalmente como instrumento simbólico da colonização. Nesse processo, práticas culturais baseadas em saberes locais, experiências coletivas e produções utilitárias foram classificadas como artesanato ou não-arte, estabelecendo hierarquias entre formas de produção simbólica e contribuindo para a subalternização de outras cosmologias e modos de experiência estética.

Nesse sentido, o exercício neste texto parte das seguintes questões: pode o cultivo da terra constituir uma experiência estética e poética? Quais dimensões sensíveis, simbólicas e relacionais emergem nas práticas de semeadura, cultivo e cuidado com o território?

### **Gesto primário: Terragogia**

Moacir Gadotti (2001) identifica um conjunto de categorias recorrentes na literatura pedagógica contemporânea que contribui para a compreensão das transformações em curso, no campo educacional. Essas categorias não apenas suscitam questionamentos fundamentais, como apontam caminhos possíveis para repensar a educação, diante dos desafios do presente e do futuro. Dentre elas, destaco algumas:

A primeira delas é a planetaridade entendida a partir da concepção da Terra como um novo paradigma. Essa visão amplia o horizonte educativo ao situar a humanidade como parte de uma única comunidade planetária, o que implica repensar noções de cidadania, pertencimento e responsabilidade coletiva.

A sustentabilidade constitui outra categoria central. Originária dos campos da economia e da ecologia, especialmente associada ao conceito de desenvolvimento

sustentável, essa noção passou a ocupar lugar estratégico no debate educacional. Gadotti (2001) destaca a emergência de uma cultura da sustentabilidade. Essa perspectiva provoca uma reflexão sobre os conteúdos ensinados nas escolas e questiona se os conhecimentos produzidos e divulgados não estariam, muitas vezes, contribuindo para a degradação ambiental e social. Por fim, a transdisciplinaridade aparece como uma categoria que dialoga com outras noções afins, como transversalidade, multiculturalidade, transculturalidade, complexidade e holismo.

Dito isto, a partir do pensamento de Gadotti (2001), mas também apoiado sobre os pressupostos de Paulo Freire, Ailton Krenak, bell hooks e Antônio Bispo dos Santos, bem como de pensadores que se articulam em conceitos de pedagogias decoloniais, como Catherine Whalsh, tenho pensado a partir de uma perspectiva que envolve o conceito de terragogia.

O termo Terragogia surgiu a partir de uma fala do pesquisador Juan Sebastian Ospina Álvarez<sup>1</sup>, em sua experiência com ensino de arte, em comunidades rurais da Colômbia. A apresentação de Ospina trouxe para mim reflexões que dizem respeito há uma boa parte da vida atuando com o campesinato e movimentos sociais camponeses, em vários estados brasileiros. De meados de 2024 para cá, venho refletindo sobre a ideia conceitual de uma perspectiva educadora deflagrada pela terra.

A terra ou os solos é a condutora de ensinamentos ancestrais para os povos. Há nessa relação primordial, aprendizados sensíveis que, transportados entre gerações, impulsionam a sobrevivência planetária das espécies. Nesse sentido, é possível afirmar que há uma terragogia. A terragogia diz respeito aos ensinamentos múltiplos que advém, não apenas dos solos, mas da conexão da terra com os seres que dependem de cada fragmento de vida.

A terra, nesse contexto, não é reduzida à condição de recurso econômico ou somente cenário da prática educativa, mas afirmada como elemento constitutivo da identidade, da memória e da existência dos sujeitos do campo. Ela é a própria ação educadora. Trata-se de uma compreensão que reconhece o território como espaço de produção de saberes, de relações sociais e de pertencimento, deslocando a

---

<sup>1</sup> Informação verbal fornecida por Juan Sebastian Ospina Álvarez em apresentação oral com egressos do curso de Artes Visuais Licenciatura - EaD realizada na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, em 11 de setembro de 2024.

pedagogia para além da sala de aula tradicional e inserindo-a no cotidiano da vida e da luta social.

É a partir desse acúmulo teórico-político que se propõe uma tentativa inicial de sistematização do conceito de terragogia, entendido como um desdobramento e, ao mesmo tempo, uma ampliação conceitual da Pedagogia da Terra. Esta ideia pode ser compreendida como um campo teórico-prático mais amplo, que toma a terra como princípio pedagógico, epistemológico e ético dos processos formativos.

Para além, é possível pensarmos nos modos de produção camponesa que são regidos por gestos em confluência com o cosmos. Fazer uma reflexão sobre como a terra pode nos ensinar, é uma afirmação necessária sobre o que Santos (2023) denomina como envolvimento. Da mesma forma, o exercício de sistematização é organizar o potencial do envolvimento que camponeses, povos tradicionais e originários tecem, ao longo da nossa ancestral história. Nas próprias palavras do filósofo quilombola:

A humanidade é contra o envolvimento, é contra vivermos envolvidos com as árvores, com a terra, com as matas. Desenvolvimento é sinônimo de desconectar, tirar do cosmo, quebrar a originalidade. O desenvolvimento surge em Gênesis. Relacionar-se de forma original, para o eurocristão, é pecado. Eles tentam humanizar e tornar sintético tudo o que é original (Santos, 2023, p. 16).

O envolvimento se soma a outra perspectiva defendida por Antônio Bispo dos Santos (Santos, 2023), que é o compartilhamento. Considero esta uma dimensão importante para avançar na concepção de terragogia como um manifesto declarado de que as populações camponesas, e não apenas elas, compartilham, desde uma relação sensível, possibilidades outras de vida que rendem. Ao afirmar que essas vinculações de vizinhança rendem, estamos considerando que há uma atividade educativa emanada de diferentes modos de lidar com as plantas, os animais, as águas e os solos.

### **Gesto inicial: o permanecer camponês**

A história da terra no Brasil é atravessada por disputas persistentes, reconhecimentos parciais e silêncios institucionais. Apesar da centralidade das relações fundiárias na formação social do país, as diferentes formas de apropriação e uso do território nem sempre foram examinadas com a profundidade necessária,

tampouco receberam um reconhecimento consistente por parte do Estado. Essa limitação também se manifesta no campo jurídico, onde a questão agrária muitas vezes aparece reduzida a aspectos formais, sem considerar plenamente as dimensões históricas, sociais e culturais que constituem o espaço rural. Em um país de dimensões continentais e marcado por grande diversidade regional, a problemática fundiária não se restringe à distribuição da terra, mas envolve processos históricos de ocupação, disputas por legitimidade e a construção de identidades vinculadas ao território. Como observa Paul E. Little (2002), essas dinâmicas se articulam diretamente às formas pelas quais o Estado organiza e regula o espaço territorial.

Nessa direção, Maria Nazareth Baudel Wanderley (2001) propõe compreender o rural para além de sua dimensão produtiva, destacando duas perspectivas complementares. A primeira refere-se ao caráter sociofísico do espaço rural, entendido como resultado de processos históricos de ocupação, relações de poder e formas específicas de interação com a natureza. A segunda enfatiza o rural como espaço vivido, marcado por experiências de pertencimento, pela construção de valores e pela produção de sentidos que orientam a vida social dos sujeitos. Assim, o território deixa de ser apenas suporte material e passa a ser compreendido também como espaço de existência e de construção de identidades.

Entretanto, a contemporaneidade tem sido marcada por um distanciamento crescente entre a sociedade urbana e os processos que sustentam sua própria reprodução material. Em um contexto globalizado e fortemente mediado por tecnologias da informação, o trabalho camponês frequentemente permanece invisível ou é percebido como secundário. Esse afastamento contribui para enfraquecer a percepção das relações de interdependência entre sociedade e natureza, algo que se evidencia, por exemplo, no desconhecimento comum acerca da origem dos alimentos ou das condições de sua produção. Mais do que uma simples falta de informação, trata-se de um distanciamento que afeta a compreensão das bases ecológicas e sociais da vida coletiva.

Nesse contexto, o campesinato não pode ser entendido apenas como uma categoria econômica definida pelo domínio técnico dos ciclos naturais. Ainda que o conhecimento dos ritmos da terra seja elemento fundamental dessa condição, sua definição envolve também uma dimensão política. A distinção entre camponês e pequeno produtor, frequentemente tratada como mera diferença terminológica,

expressa, na realidade, posições distintas no interior das relações sociais de produção. Enquanto a noção de produtor tende a situar o sujeito na lógica da produção mercantil subordinada ao capital, a identificação como camponês pode representar uma forma de afirmação social e política diante da expansão das monoculturas e dos modelos produtivos de grande escala, como analisa Moura (1986).

Essa condição se desenvolve em meio a tensões estruturais relacionadas tanto ao Estado quanto ao mercado. De acordo com Moura (1986), o campesinato caracteriza-se menos por sua oposição ao urbano e mais pela posição de subordinação que ocupa frente às estruturas institucionais que regulam sua atividade e limitam sua autonomia. A experiência histórica dos trabalhadores rurais tem sido marcada por diferentes formas de exploração, que incluem a intermediação comercial, o controle dos preços, a apropriação do excedente produtivo e os processos de expropriação da terra. Paralelamente, consolidaram-se representações simbólicas que contribuíram para desqualificar esses sujeitos — do rústico europeu ao caipira brasileiro — refletindo, como observa Candido (1975), condições de precariedade social e restrições ao acesso a direitos básicos.

Apesar dessas adversidades, o campesinato tem demonstrado significativa capacidade de permanência e transformação, ao longo do tempo. Ao contrário das previsões que apontavam seu desaparecimento diante do avanço da industrialização, os sujeitos camponeses desenvolveram estratégias de adaptação e reorganização de seus modos de vida, ocupando uma posição complexa: ao mesmo tempo em que resistem às dinâmicas dominantes, também interagem com as estruturas que sustentam a reprodução do sistema econômico. Nesse sentido, o pensamento camponês pode ser compreendido como uma perspectiva alternativa, baseada em uma visão integrada das relações entre sociedade, cultura e natureza. Como indicam Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel González de Molina (2013), as mobilizações desses grupos não se limitam à reivindicação pelo acesso à terra, mas abrangem também a preservação da memória coletiva, a afirmação de identidades e o reconhecimento de modos de vida historicamente marginalizados.

Refletir sobre o campesinato, portanto, implica reconhecer não apenas uma categoria social ou econômica, mas um modo específico de relação com o território e com a produção da vida social. O rural aparece, assim, como espaço de experiências,

conflitos e possibilidades, cuja compreensão é fundamental para pensar as transformações da sociedade contemporânea.

### **Gesto primordial: semeadura poética**

No horizonte da terragogia, semear pode ser compreendido como um gesto que ultrapassa a dimensão técnica do cultivo e se aproxima de uma experiência sensível, marcada pelo cuidado, memória e pela continuidade da vida. As sementes crioulas nascem desse processo histórico de relação entre seres humanos e terra. São fruto do trabalho paciente de camponesas e camponeses que, ao longo de gerações e em diferentes territórios, cultivaram, selecionaram, multiplicaram e preservaram espécies/variedades, de acordo com suas necessidades, saberes e suas formas próprias de existência.

Essas sementes carregam as marcas das histórias dos povos que as cultivam e das condições específicas dos lugares onde se desenvolvem. Adaptadas aos ambientes e aos modos de vida locais, apresentam ampla diversidade genética, o que lhes confere vitalidade e resistência. Diferenciam-se, assim, das cultivares melhoradas, geralmente caracterizadas pela uniformidade e pela redução da variabilidade genética. Mais do que uma distinção técnica, essa diferença revela formas distintas de compreender a relação com a terra, com a produção e com a própria vida.

Nesse sentido, as sementes crioulas expressam também um princípio de autonomia. Elas simbolizam a possibilidade de o campesinato manter sob sua guarda o patrimônio genético que sustenta sua produção e sua sobrevivência, garantindo que a diversidade seja preservada e renovada a cada ciclo de plantio. Guardar sementes é, ao mesmo tempo, guardar histórias, conhecimentos e modos de viver que são transmitidos entre gerações.

As chamadas sementes da paixão (Figura 2), sementes da resistência ou sementes locais — assim como as variedades e raças crioulas — evidenciam o compromisso com a diversidade da vida e com o cuidado contínuo de sua manutenção. Elas integram a identidade dos povos e constituem parte fundamental de sua permanência, pois sustentam a produção de alimentos e reafirmam vínculos profundos entre cultura, natureza e território.



Figura 2 – Variedade de feijão crioulo para evento de troca de sementes. Fonte do autor.

Sob essa perspectiva, o ato de semear pode ser entendido como uma prática de continuidade e de criação. Trata-se de um gesto que envolve responsabilidade com o presente e compromisso com o futuro, no qual a terra deixa de ser apenas suporte de produção para tornar-se espaço de relação, de aprendizagem e de renovação da vida.

Carvalho (2005), em suas reflexões sobre o campesinato do século XXI, afirma que os camponeses estão preocupados com sua relação com a terra, com as condições de trabalho e formas de produção. Ou seja, as preocupações dessa classe social estão amparadas por questões mais amplas, cujas bases são essenciais para a manutenção da vida humana no planeta. Podemos afirmar que é um gesto compartilhante, assim como Santos (2023, p. 26) afirma que

Quando me relaciono com afeto com alguém, recebo uma recíproca desse afeto. O afeto vai e vem. O compartilhamento é uma coisa que rende. Quando cheguei ao território em que estou hoje, já existiam outros compartilhantes que nos recepcionaram. Na Caatinga, os umbuzeiros nos recepcionaram. Eles compartilharam seus frutos, suas folhas e suas raízes quando chegamos, e não trouxemos nada para os umbuzeiros. Eles já eram nativos daqui, viemos habitar esta terra depois deles.

Em mais de duas décadas acompanhando de perto movimento camponeses, tenho compreendido a luta constante e as alianças feitas para manter viva a Terra. Esta sendo compreendida como um organismo vivo e entendida, por muitos povos, como a nossa mãe e provedora. Krenak (2019) acentua essa explicação ao afirmar

que a Terra é provedora não apenas de nossa subsistência, mas de amplos sentidos para a nossa existência, pois ela ocupa um lugar transcendente e dele, transporta-nos para essa mesma localização transcendental.

Camponesas e camponeses no Brasil e em outros países são referências que resistem ao tempo e aos impactos da globalização por considerarem o trato com os solos e toda a natureza, a essência de sua existência. A partir de seu trabalho diário, esses sujeitos realizam atos ordinários que se transformam – desde os processos muitos – em gestos do sensível, do estético. Dewey (2010), em seus apontamentos sobre a arte como experiência já nos indicava o caminho múltiplo para alargar o entendimento sobre o conceito de arte, desde 1912, quando a obra foi publicada em sua primeira edição.

Nas palavras de Dewey (2010, p. 69),

Os fatores que glorificaram as belas-artes, elevando-as em um pedestal distante, não surgiram no âmbito da arte, e sua influência não se restringe às artes. Para muitas pessoas, uma aura mesclada de reverência e irreabilidade envolve o "espiritual" e o "ideal", enquanto, em contraste, "matéria" tornou-se um termo depreciativo, algo a ser explicado ou pelo qual se desculpar. As forças atuantes nisso são as que afastaram a religião, assim como as belas-artes, do alcance do que é comum, ou da vida comunitária. Historicamente, essas forças produziram tantos deslocamentos e divisões da vida e do pensamento modernos que a arte não pôde escapar a sua influência.

O trabalho desenvolvido por camponeses e outros povos que vivem na, da e pela Terra percorre um árduo caminho de persistência e de reconhecimento que perpassa desde os territórios, às identidades e seus modos de fazer sensíveis. Nesse sentido, os deslocamentos necessários a serem feitos dizem respeito a compreender práticas outras de fazeres sensíveis dentro de uma perspectiva estética. Assim como afirma Dewey (2010), a experiência estética emerge de atividades vitais, dentre elas, utilizo aqui o plantio das sementes crioulas compreendendo que esse processo há um envolvimento sensorial e corporal.

Ao realizar as atividades diárias para assegurar uma lavoura, a produção de alimentos para humanos e outros animais, o campesinato tece uma linha de intimidade com os movimentos naturais que envolvem as mais diversas condições para se chegar ao que poderíamos ter como produto.

Na experiência estética daquilo que estou compreendendo como uma terragogia, há um processo contínuo entre o preparo da terra, o plantio, o cuidado, a colheita, a guarda das sementes para o próximo ciclo de plantio. A integração com o

ambiente é a base para que a sementeira e a colheita aconteçam. A partir dessa vivência, camponeses estabelecem vínculos sensíveis, desde uma relação íntima com a terra, advinda da percepção do clima, a textura do solo e o ritmo das chuvas, ou seja, é a interação organismo-natureza, uma das partes centrais na estética de Dewey (2010).

A conexão com a natureza é elemento essencial para a continuidade das comunidades camponesas. Elas se organizam em torno do respeito às vidas existentes que coabitam os lugares de compartilhamento mútuo. Na contramão do desenvolvimento criticado por Santos (2023), é preciso intensificar os elos com outros povos, em nosso território brasileiro, para que suas práticas sensíveis nos mostre caminhos outros.

Tomara que estes encontros criativos que ainda estamos tendo a oportunidade de manter animem a nossa prática, a nossa ação, e nos deem coragem para sair de uma atitude de negação da vida para um compromisso com a vida, em qualquer lugar, superando as nossas incapacidades de estender a visão a lugares para além daqueles a que estamos apegados e onde vivemos (Krenak, 2019, p. 50).

O cuidado com a sementeira e tudo o que a envolve antes, durante e depois se inscreve nas práticas sensíveis de aprendizados e autoconhecimento sobre a vida, a partir da interação com o mundo e outras pessoas. Esse gesto de cuidar para produzir alimentos é um exercício de transformar o desequilíbrio (externo) em equilíbrio que propaga a vida.

Ao longo dos anos, tenho presenciado que as práticas camponesas são mais do que tarefas individuais ou, no máximo, familiares. Esse compromisso com os locais de pertencimento convoca uma existência coletiva e de ajuda mútua entre os próximos. São diversas ações pertencentes a um complexo sensível e educativo que mobilizam múltiplas camadas de um ser camponês.

No texto Exercícios para uma poética da solidariedade, Alice Fátima Martins (2019) propõe uma reflexão crítica sobre os modos de produção artística, pedagógica e relacional contemporâneos, defendendo a solidariedade como princípio estruturante da experiência estética e das práticas educativas. A autora desloca a compreensão tradicional de poética — frequentemente associada à criação individual ou à produção de objetos artísticos — para uma perspectiva relacional, coletiva e processual, fundamentada na construção de vínculos, no compartilhamento de experiências e na produção de sentidos em contextos de convivência. Reforça Martins (2019, p.43) que

“A experiência sensível, o potencial criador, o interesse por aquilo que afeta os sentidos não se restringem ao campo da arte definido a partir da matriz europeia, disseminada pelos colonizadores [...]”.



Figura 3 – Mutirão camponês para colheita de arroz. Fonte: Arquivo MCP.

A noção de poética da solidariedade é apresentada como um exercício ético-estético que emerge das relações entre sujeitos e de práticas de colaboração que atravessam os campos da arte, da educação e da vida cotidiana (Figura 3). Nesse sentido, a solidariedade não é compreendida apenas como valor moral ou atitude assistencial, mas como força produtiva de criação e como fundamento de práticas estéticas que envolvem reciprocidade, escuta e responsabilidade coletiva. Martins (2019) enfatiza que tais práticas implicam processos de coparticipação nos quais os sujeitos se reconhecem como agentes de transformação, produzindo experiências compartilhadas que reconfiguram modos de existência e aprendizagem.

### **Considerações sobre terragogia e poéticas camponesas**

A formulação do conceito de terragogia pode ser compreendida em estreita relação com a noção de poética da solidariedade desenvolvida por Martins (2019), sobretudo no que se refere ao deslocamento da experiência estética do objeto artístico para o campo das relações, dos vínculos comunitários e das práticas sociais situadas (Figura 4). Ambas as perspectivas convergem na crítica à concepção

moderna e colonizadora da arte e do conhecimento, propondo modos de experiência fundados na reciprocidade, na coletividade e na integração entre vida, cultura e ambiente.



Figura 4 – Mutirão para plantio de corredor agroecológico. Fonte: Arquivo MCP.

A terragogia centrada na relação pedagógica com a terra amplia esse horizonte ao situar a experiência estética e formativa nas práticas de cultivo, cuidado e convivência com o território. Se a poética da solidariedade (Martins, 2019) enfatiza a centralidade das relações humanas como lugar da experiência sensível, a terragogia estende essa dimensão relacional à interação entre humanos e natureza, compreendendo o cultivo do solo, o manejo das sementes e os ciclos ecológicos como processos simultaneamente formativos, simbólicos e poéticos.

Esta perspectiva permite compreender as práticas camponesas como experiências estéticas e poéticas situadas, nas quais o saber-fazer constitui simultaneamente prática técnica, experiência sensível e construção de vínculos comunitários. Na figura 4, acima, o plantio de corredores agroecológicos mobiliza um conjunto de pessoas das comunidades próximas e fazem, tanto do plantio, quanto da colheita, momentos de ensino e aprendizagem, além de compartilhar histórias, experiências, alimentos e vivências.

Essas práticas articulam dimensões materiais e simbólicas, integrando trabalho, cultura e experiência estética em processos coletivos de produção da vida.

A aproximação entre seres compartilhantes e terragogia revela, portanto, uma concepção ampliada de poética como experiência relacional encarnada nos modos de habitar o mundo. A poética não se restringe à criação artística, mas manifesta-se nas práticas de cuidado, nos gestos de cooperação e nos processos de sustentação da vida coletiva. A terragogia, nesse quadro, constitui um campo de experiência no qual ética, estética e ecologia se entrelaçam, configurando processos formativos orientados pela interdependência, pela solidariedade e pela responsabilidade compartilhada.

Do ponto de vista epistemológico, essa articulação também implica uma crítica aos paradigmas modernos que separam natureza e cultura, arte e vida, sujeito e objeto. Tanto a poética da solidariedade de Martins (2019), o envolvimento de Santos (2023) quanto a terragogia propõem a superação dessas dicotomias ao reconhecer a produção de conhecimento como processo relacional, situado e incorporado nas práticas sociais e ambientais. Trata-se de deslocar o foco da produção de objetos para a constituição de relações, do domínio técnico para o cuidado, da representação para a experiência.

Assim, a terragogia pode ser compreendida como uma pedagogia da experiência sensível com a terra orientada por princípios de reciprocidade, cuidado e coexistência, na qual as práticas camponesas se configuram como processos poéticos de produção de mundo. As práticas camponesas como experiências estéticas e pedagógicas complexas, nas quais a produção de conhecimento, a criação simbólica e a vida coletiva se constituem de modo indissociável.

## Referências

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1975.

CARVALHO, H. M. de. **O Campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

DEWEY, J. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GADOTTI, M. *Pedagogia da terra: ecopedagogia e educação sustentável*. Buenos Aires: **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2001. Capítulo de livro. Disponível em:

<https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010031842/4gadotti.pdf>. Acesso em: 09/02/2026.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. de. **Agroecologia e política**: como construir a sustentabilidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, n. 322, p. 1–32, 2002.

MARTINS, A. F. **Exercícios para uma poética da solidariedade**. *Apotheke*, Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, v. 5, n. 1, p. 1–15, 2019. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/apotheke/article/view/13558/8620>. Acesso em: 27 fev. 2026.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

OSPINA, J. S. A. **Visualidades veredales**: intersecciones entre las artes visuales y la construcción identitaria en sectores rurales del municipio de Villamaría, Caldas. Manizales: [s.n.], 2025.

SANTOS, A. B. dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31– 44.

#### Sobre o autor

Jossier Boleão é doutor em Arte e Cultura Visual (UFG), mestre em Língua, Literatura e Interculturalidade (UEG), licenciado em Artes Visuais e em Letras Português. Professor de Artes Visuais na Universidade Federal de Goiás (UFG).

[jossierboleao@gmail.com](mailto:jossierboleao@gmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/1525096555122947>

<https://orcid.org/0000-0001-9050-2183>

Recebido em: 28-02-2026. Artigo avaliado por pares em duplo-cego e revisado editorialmente

#### Como citar

BOLEÃO, Jossier. Saberes e fazeres sensíveis a partir da sementeira camponesa ou exercício para uma terragografia poética. *Revista Estado da Arte*, Uberlândia, v. 7 n. 1, p.236 – 250, jan. – jul. 2026. <https://doi.org/10.14393/EdA-v7-n1-2026-81597>



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.